



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
de 13 / 09 / 2002
Rubrica *(Assinatura)*

2º CC-MF

F1.

575

Processo nº : 10840.002176/96-38

Recurso nº : 116.748

Acórdão nº : 202-13.720

Recorrente : DRJ EM RIBEIRÃO PRETO - SP

Interessada : Lupo S/A

COFINS - RECURSO EX-OFFICIO - Comprovado que a empresa autuada havia procedido, antes do lançamento fiscal, compensação lícita de parcela da COFINS com créditos de FINSOCIAL, é de se cancelar o auto de infração no que pertine aos valores compensados.

Recurso de ofício negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:
DRJ EM RIBEIRÃO PRETO – SP.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes,
por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de ofício.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 2002

Henrique Pinheiro Torres
Presidente e Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antônio Carlos Bueno Ribeiro, Eduardo da Rocha Schmidt, Adolfo Montelo, Gustavo Kelly Alencar, Raimar da Silva Aguiar, Ana Neyle Olímpio Holanda e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.

Iao/ovrs/cf



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF

Fl.

176

Processo nº : 10840.002176/96-38

Recurso nº : 116.748

Acórdão nº : 202-13.720

Recorrente : DRJ EM RIBEIRÃO PRETO - SP

RELATÓRIO

Versa o presente processo sobre a exigência da Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS para fatos geradores de janeiro de 1993 a março de 1995.

Insurge-se a contribuinte contra o lançamento em razão da inclusão indevida das receitas de operações com minerais, das receitas financeiras e das de exportação na base de cálculo da contribuição.

O julgador singular entendeu parcialmente procedente a exação fiscal, mantendo integralmente a tributação sobre as vendas de minerais no País, mas excluindo da base de cálculo da contribuição as receitas financeiras e as de exportação.

Em face da exoneração de valor superior ao limite de alçada, o Delegado da DRJ em Ribeirão Preto - SP recorreu *ex-officio* para este Colegiado.

É o relatório.

H



Processo nº : 10840.002176/96-38

Recurso nº : 116.748

Acórdão nº : 202-13.720

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR HENRIQUE PINHEIRO TORRES

Trata-se de recurso *ex-officio* relativo à decisão de primeira instância que desonerou a contribuinte de débito em valor superior ao limite de alçada previsto no artigo 67 da Lei nº 9.532/97, fixado pela Portaria MF nº 333/97.

Do exame dos elementos dos autos depreende-se que a decisão recorrida não merece qualquer reparo, posto que o litígio foi decidido com acerto, à luz da legislação de regência.

De fato, a autuação fiscal foi efetuada sem considerar os valores da Contribuição compensados com créditos de FINSOCIAL decorrentes de recolhimento a maior, reconhecidos em ação judicial de repetição de indébito. O auto de infração abrangeu os fatos geradores compreendidos no período de maio a dezembro de 1994. Todavia, conforme demonstrado na planilha denominada Listagem de Débitos/Saldos Remanescentes (fl. 207), o montante compensado fora suficiente para quitar integralmente a contribuição devida nos períodos de maio a setembro de 1994 e, parcialmente, a de outubro desse ano, restando um saldo remanescente de 12.528,05 UFIRs. Em relação aos períodos de novembro e dezembro de 1994, não houve compensação, tendo, por essa razão, sido mantido o lançamento referente a esses dois meses.

O documento de fl. 292 informa que a recorrente liquidou o crédito tributário não cancelado pela decisão monocrática.

Assim sendo e considerando, ainda, os fundamentos da decisão recorrida, voto no sentido de negar provimento ao recurso de ofício.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 2002

HENRIQUE PINHEIRO TORRES